

10 DEZ 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

Além da punição a criminosos, parlamentares deverão discutir como a proposta atinge outros temas, como o julgamento de autoridades e a dívida de Estados

# PEC da 2ª instância terá de debater foro e precatório

Breno Pires  
Renato Onofre  
Camila Turtelli / BRASÍLIA

Para além das discussões acaloradas sobre a prisão após condenação em segunda instância, ampliadas com a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o caminho da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do assunto não será nada fácil dentro do Congresso Nacional. A comissão especial da Câmara que analisa a PEC já sabe que, apesar dos debates travados nas redes sociais e manifestações de rua sobre punição a condenados na Lava Jato, terá de enfrentar uma série de questões que podem emperrar a votação.

Há quatro temas cruciais diretamente afetados pela proposta e que, até o momento, não têm um entendimento dentro do Congresso. O relator da PEC, deputado Fábio Trad (PSD-MS), chama a atenção para situações como a eventual necessidade de pagamento “antecipado” de precatórios e a indefinição sobre a prisão de réus que foram absolvidos em primeira instância e condenados na segunda. Trad destaca ainda a necessidade de definir como serão tratados os casos de autoridades com foro privilegiado, além das regras para analisar eventuais efeitos suspensivos de decisões judiciais.

Da forma como foi apresentada pelo deputado Alex Manente (Cidadania-SP), a PEC estabelece que, após julgamento pela se-

gunda instância, todos os condenados devem ser presos. Ocorre que esse critério de decisão também inclui outros temas, como decisões judiciais em ações tributárias, cíveis e administrativas.

Enquanto parlamentares ligados à “bancada lavajatista” defendem a punição após os julgamentos de segunda instância, líderes da oposição e do Centrão – formado por DEM, PL, PP, Solidariedade e Republicanos – defendem variações sobre a regra.

O cronograma das audiências ainda não foi decidido. O relator Fábio Trad e o presidente da comissão, Marcelo Ramos (PL-AM), afirmam que é necessário discutir uma regra que permita um “segundo julgamento” para aqueles que, na segunda instância, sofreram a primeira sentença de condenação.

Trad cita como exemplo uma decisão da Corte Internacional de Direitos Humanos, que em 2012 determinou que o Judiciário da Argentina realizasse um novo julgamento para o caso de um motorista acusado de homicídio que foi absolvido na primeira instância, mas condenado na segunda. Ele diz que é preciso criar um mecanismo para permitir, por exemplo, o recurso em liberdade para aqueles que vão direto para a segunda instância, como prefeitos. “Ninguém pode ficar descoberto da proteção constitucional do duplo grau de jurisdição”, disse.

O líder do PCdoB na Câmara, Orlando Silva (SP), é um dos que se colocam a favor de criar essas regras. A deputada Bia Kicis (PSL-DF), por sua vez, afirma que a prisão deve ser determinada após a segunda instância, sem exceção. Ambos compõem a comissão especial. “É lá (na segunda instância) que um colegiado de desembargadores dá o parecer final. Então, qualquer medida depois seria protelatória”, disse Bia.

Um ponto convergente entre ambos é que a regra deve valer também para o direito tributário, administrativo e cível. “Não faz sentido ser apenas no criminal, deve ser em todas as áreas”, disse Orlando Silva.

Trad, no entanto, vê divergências. Um dos motivos é que o poder público pode ficar em situação complicada se não puder recorrer de decisões que lhe imponha pagamentos milionários. “A questão dos precatórios é grave, porque envolve recursos de toda sociedade e pode impactar municípios, Estados e União de uma forma devastadora”, disse.

Manente discorda e é a favor da execução dos precatórios na segunda instância. “Não acho que seja justo uma pessoa esperar 20 ou 30 anos para receber um crédito que tem direito.”

Para o líder do DEM na Câmara dos Deputados, Elmar Nascimento (BA), “não se pode ter um sistema híbrido, que estabelece segunda instância na parte penal, mas não nos outros ramos do Direito”.

**CONTINUA**

10 DEZ 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### ENTRAVES

#### ● **Precatórios**

Pode provocar impacto sobre contas de municípios, Estados e União que devem precatórios, pois eles teriam que pagar as dívidas antes de julgados todos os recursos.

#### ● **Dupla condenação**

Réu absolvido na primeira instância, mas condenado em segundo julgamento, deve começar a cumprir pena? A Argentina foi condenada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos porque não admitia recurso para réu absolvido na primeira instância.

#### ● **Condenados com foro**

Também será preciso deixar claro se um réu com foro privilegiado poderá recorrer em liberdade após condenação em segunda instância. Prefeitos, por exemplo, são julgados diretamente pelos Tribunais de Justiça.

#### ● **Efeito suspensivo**

Ainda há dúvidas sobre em quais situações a prisão após segunda instância poderá ser suspensa. A PEC prevê recursos a instâncias superiores quando o caso representar "interesse geral", ou seja, quando pode ter impacto em outras ações semelhantes.

10 DEZ 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### Advogados rebatem presidente do TRF-4

**Paulo Beraldo**

Advogados e juristas criticaram ontem declarações do presidente do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF-4), Victor Luiz dos Santos Laus, que, em entrevista ao **Estado**, afirmou nunca ter ouvido um advogado dizer “meu cliente é inocente” durante os cinco anos em que julgou casos da Lava Jato na segunda instância. Laus disse que os defensores só questionaram “nulidades” dos processos, e

não o mérito das acusações.

Cristiano Zanin, advogado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado duas vezes pelo TRF-4, no caso do triplex do Guarujá e do sítio de Atibaia, disse que alega inocência do petista em todos os processos e questiona nulidades, como se o caso deveria mesmo ser analisado pela Justiça Federal de Curitiba.

Defensor de José Dirceu, Roberto Podval classificou a frase de Laus como “infeliz”. “Vários casos foram revisados e inúmer-

ros foram absolvidos no mérito pelo próprio TRF-4. Declarações desse tipo não colaboram em nada com a Justiça.” O conselheiro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Cristiano Maronna, disse ver “com muita preocupação” a declaração, “porque ela traz uma impressão contra o direito de defesa, como alegar inocência fosse algo desagradável.”

“Me parece uma temeridade se dizer peremptoriamente que a alegação de nulidade implique uma não defesa”, afirmou o professor Renato de Mello Jorge Silveira, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo.

### SÔNIA RACY

#### Alerta recesso

Pelo andar da carruagem, deputados de SP correm o risco de passar o Natal em votação. Além da reforma da Previdência, precisam votar o Orçamento de 2020 até o fim do mês. E o presidente Marcris não levará nenhuma outra pauta ao plenário até que o TJ julgue seu agravo e derrube a liminar que impede a votação da PEC da Previdência.

#### Quase dobrou

Nos 11 primeiros meses do ano, a ajuda psicossocial e jurídica a vítimas de violência, prestada pela Secretaria da Justiça de SP, foi 85% maior do que a registrada em igual período do ano passado: no total, 2.250 atendimentos, contra 1.213 em 2018.

No momento, o Centro de Referência e Apoio à Vítima da SJ ajuda também 18 vítimas do “caso” Paraisópolis.

### Geddel vai para presídio em Salvador

O ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin autorizou transferência do ex-ministro Geddel Vieira Lima para o Centro de Observação Penal de Salvador. A decisão atende a pedido da defesa, que requisitou a mudança para que o emedebista fique mais próximo da família. Detido preventivamente desde 8 de setembro de 2017, Geddel está no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

PAULO ROBERTO NETTO

10 DEZ 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## STF pode julgar candidaturas avulsas no 1º semestre de 2020

Barroso convocou audiência pública para discutir a viabilidade de disputar eleição sem filiação partidária

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, afirmou ontem, durante audiência pública sobre candidaturas avulsas, que pretende liberar o tema para discussão na Corte no primeiro semestre de 2020. Barroso convocou a sessão para tratar da viabilidade de candidaturas sem filiação a partidos. “Democracia se faz com debate público, plural. Que prevaleça o melhor argumento ou pelo menos o majoritário”, disse o ministro.

Barroso é relator de um recurso extraordinário que contesta decisão da Justiça Eleitoral do Rio que suspendeu registros de candidatura a prefeito e a vice de duas pessoas por entender que a filiação partidária é uma condição de elegibilidade.

O ministro decidiu convocar a audiência pública para ouvir integrantes do Congresso, parlamentares e representantes de entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sob a justificativa de que o tema extrapola os limites jurídicos.

O assunto dividiu os participantes da audiência. Para a advogada Luciana Diniz Nepomuceno, presidente da Comissão de Estudos da Reforma Política da OAB, o atual sistema político não é compatível com as candidaturas independentes. Segundo a advogada, os partidos são responsáveis por “agregar a complexidade e pluralidade de vontades individuais na sociedade” e é por meio deles “que as massas conseguem participar das decisões políticas”. “A pulverização das ofertas confundirá o eleitorado e enfraquecerá a democracia”, afirmou Luciana.

### ● Discussão

“A pulverização das ofertas confundirá o eleitorado e enfraquecerá a democracia.”

**Luciana Diniz Nepomuceno**

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ESTUDOS DA REFORMA POLÍTICA DA OAB

“A concorrência pode forçar os partidos a se aprimorarem.”

**Janaína Paschoal**

DEPUTADA ESTADUAL (PSL-SP)

Representante da Câmara na sessão, a deputada Margaret Coelho (PP-PI) também disse ser contra a possibilidade de candidaturas sem filiação partidária. Para a deputada, os partidos políticos têm papel de “mediadores” na democracia. “A possibilidade de candidaturas avulsas implicaria dificuldade no funcionamento parlamentar”, afirmou ela. Margaret defendeu ainda a transferência da discussão para o Congresso, já que, segundo a deputada, o assunto “foge da competência do Poder Judiciário”.

A Constituição de 1988 considera a filiação partidária como uma das condições de elegibilidade. Atualmente, há pelo menos seis projetos sobre o tema na Câmara e no Senado.

‘Oligarquização’. O primeiro participante da audiência a se manifestar a favor das candidaturas avulsas foi o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), presidente da subcomissão de Reforma Política na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. “Candidaturas independentes representam o indivíduo, o cidadão, não o Estado. Partidos representam a massa, mas o cidadão precisa de representação também”, afirmou o parlamentar.

O deputado falou em risco de “oligarquização dos partidos” e de “ditadura partidária”, caso as candidaturas avulsas – “uma válvula de escape para a sociedade” – não sejam autorizadas. “Interessante que exista um poder fora dos que compõem o Congresso, que estão viciados pelo jogo político e representam interesses ideológicos e corporativistas.”

A posição foi acompanhada pela deputada estadual Janaína Paschoal (PSL-SP), para quem existe um “cartel” no sistema partidário. “Eles (os partidos políticos) se unem, criam regras para se perpetuar no poder e asfixiarem qualquer indivíduo que tente estabelecer algo diferente”, afirmou Janaína.

Ela defendeu a “viabilidade das candidaturas avulsas para dar espaço para uma saudável concorrência”. “Talvez assim consigamos o fortalecimento dos partidos. A concorrência pode forçar os partidos a se aprimorarem e, assim, teremos uma República”, disse a deputada do PSL. “Como exercer o poder se entre o eleitor e o candidato existe um cartel e ele impõe os candidatos?”, declarou.

A ex-senadora e ex-ministra Marina Silva disse acreditar que a possibilidade de candidaturas independentes pode renovar a política brasileira. “Os partidos não se preocupam em recrutar quadros dos núcleos vivos da sociedade. Eles fazem uma espécie de repetição de suas ações porque se tornaram autarquias. Eles têm Fundo Partidário, não precisam nem sequer se preocupar em convencer pessoas a ajudá-los em sua existência”, afirmou Marina em um vídeo gravado para a audiência.

Luiz Augusto Duk

## A arte de retratar a alma de alguém expressa pelo rosto

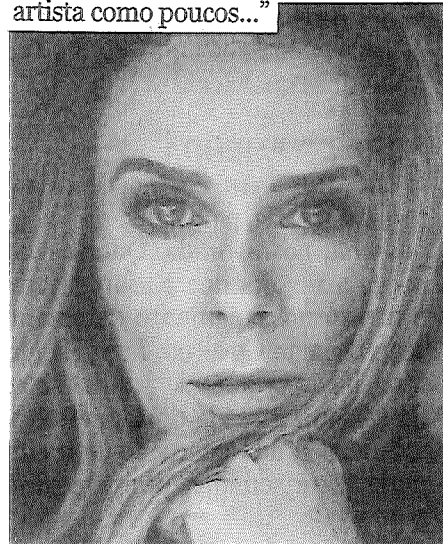
A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - Cevid, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, promoveu recentemente, uma exposição de pinturas, de autoria do artista plástico Luiz Fernando Patitucci, denominada "Olhar sobre o feminino". O projeto da exposição, dentro da Campanha pela Paz em Casa, foi da Desembargadora. Lenice Bodstein, onde foram expostas 24 obras. A foto que inspirou o artista, com o tema da mostra, foi a de Helena Bach.

A Cevid do TJPR, que tem na coordenadoria a psicóloga Maisa Baier, é responsável pela elaboração e execução de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário relativas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e tem por atribuição elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do judiciário na área do combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres e também dar suporte aos Magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando a melhoria da prestação jurisdicional. Para saber mais sobre o Cevid acesse <https://www.tjpr.jus.br/cevid>.

O curitibano Luiz Fernando Patitucci, artista plástico e design digital, desenvolveu seu trabalho, utilizando a fotografia de mulheres de seu convívio e do próprio Tribunal de Justiça do Paraná, utilizando a técnica da pintura digital, com retoques de tinta acrílica, sendo esta a sua primeira exposição. Ele é bacharel em Direito, tem 54 anos, dos quais 32 são vinculados ao Tribunal de Justiça do Paraná e foi aluno dos artistas plásticos João Moro, de Curitiba e Alexandre de Paula, de São Paulo. Conforme revelou ao espaço WOMAN, Fernando descobriu cedo sua paixão pela arte e esta exposição realizada na Esplanada do Prédio anexo ao Palácio da Justiça com tema de "Olhar sobre o feminino" traduz sua maturidade artística, resultado de anos de experimentação em diversos meios. O objetivo, por meio da divulgação, que é uma das inúmeras

frentes de atuação da coordenadoria, é chamar a atenção sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres e as ações da Cevid por meio dos programas de erradicação da violência contra a mulher. "Com a realização de eventos como esta exposição, divulgamos também projetos e as boas práticas no atendimento à violência contra a mulher já implementados pelas Comarcas do Estado", conforme disse a psicóloga Maisa Baier.

O poeta Julio Sabbag definiu bem, em poucas palavras, quem é o artista Luiz Fernando Patitucci, quando disse que "Luiz Fernando Patitucci, o Fernando, o Fer... Artista de colheita tardia, portanto doce, trabalhou por muito tempo com direito, no Tribunal de Justiça do Paraná, mas sempre com os olhos nas formas, nas cores, no movimento. Arriscava fazer artes aqui e lá, aprendia técnicas, achava caminhos. Faltava algo, e ele preenchia criando... Com a revolução da informática veio o que faltava, o meio digital! Aí floresceu com todo o vigor a arte de Fernando, a qual chegou ao destino final: portraiture! (\*) Retratar a alma de alguém, expressa no seu rosto, em cores e emoções e sentimentos. Ver o além do óbvio. Expor o interior! Nas cores e linhas e pontos e traços, Fernando Patitucci nos apresenta um mundo novo, o mundo do Fernando, onde cada detalhe é oculto e revelado em explosões muitas de cor. Já há demasiados juristas no mundo, saúdo um artista como poucos..."



Roberta Novaes

CONTINUA

# 10 DEZ 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### CONTINUAÇÃO

Para conhecer mais sobre o artista, acesse seu instagram: @fernandopatitucci\_art.

(\*)Portraiture é um retrato, um gênero na pintura, na fotografia ou escultura onde a intenção é descrever um sujeito humano. Os retratistas podem criar seu trabalho por comissão, para pessoas públicas e privadas, ou podem ser inspirados pela admiração ou carinho que tem pelo objeto.



Helena Bach



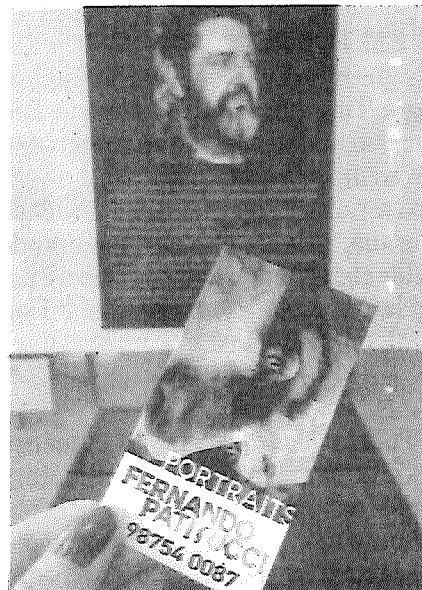
Desembargadora Lenice Bodstein,  
Ex-coordenadora do CEVID/PR



Desembargadora Rosana Fachin



Bárbara Vieira de Mello



Artista plástico Luiz Fernando Patitucci

10 DEZ 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Creche garante direitos de recém-nascidos no sistema prisional

Logo após a entrada da Penitenciária Feminina do Paraná, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, com instalações independentes da estrutura carcerária, está a Creche Cantinho Feliz. Todo decorado, o espaço tem o objetivo de assegurar os direitos dos recém-nascidos e estreitar os vínculos entre mães e filhos.

Para as crianças, há berços, cubas especiais para o banho, fraldário, armários, muitos brinquedos e tatames. O lugar



Na Penitenciária Feminina do Paraná com instalações independentes da estrutura carcerária, está a Creche Cantinho Feliz

ainda tem cozinha, lavanderia, máquinas de lavar e secar roupa, além de

uma equipe técnica multidisciplinar de apoio.

“A creche tem am-

bientes lúdicos, que visam dar o atendimento necessário ao bebê, para que não seja privado de nada do que teria fora do sistema prisional. Os lugares são adaptados para o banho e a higienização, além disso, há salas preparadas para ele ser colocado desde cedo no chão e, assim, trabalhar com autonomia e movimento livre, mas sempre respeitando o tempo da criança”, destaca a diretora da Penitenciária, Alessandra Antunes do Prado.

10 DEZ 2019

# TRIBUNADO PARANÁ

# PREVENÇÃO

# FALHA

Bullying leva governo do Paraná a pagar indenização a aluna de Pinhais

Lara Maggioni  
Gazeta do Povo

O governo do Paraná foi condenado a pagar R\$ 7 mil a uma aluna que sofreu bullying em 2014 em uma escola estadual em Pinhais, região metropolitana de Curitiba. A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que confirmou a sentença em primeira instância, mas reduziu o valor inicial, que era de R\$ 20 mil.

O caso aconteceu quando a aluna estava com 15 anos. Segundo o relato no processo, ela foi vítima de agressões verbais e xingamentos presenciais, além de alvo de postagens difamatórias no Facebook. Por causa do bullying, a garota teria desenvolvido distúrbios psicológicos e fobia social. O quadro levou ao afastamento dela da escola.

**Depois de ser informada sobre os fatos, a escola não teria adotado ações de conscientização e orientação.**

A Justiça considerou que o Estado não cumpriu o dever de prevenir situações de constrangimento vivenciadas pela adolescente. Além disso, depois de ser informada sobre os fatos, a escola não teria adotado ações de conscientização e orientação, nem fornecido assistência psicológica à vítima.

**Secretaria de Educação**

O governo ainda pode recorrer da decisão. Em nota, a Secre-

taria de Educação do Paraná (Seed) afirma que as escolas da rede estadual são orientadas a desenvolver trabalhos de prevenção ao bullying no ambiente escolar. A Seed reforça que conta com apoio da Patrulha Escolar Comunitária da Polícia Militar, que também faz ações educativas.

A Seed complementa que, neste ano, tornou-se signatária do Pacto pela Infância Segura, que tem como objetivo desenvolver "ações conjuntas, integradas e articuladas destinadas à prevenção e ao combate aos crimes praticados contra crianças e adolescentes". Uma das finalidades do pacto é capacitar profissionais de ensino e acompanhamento de estudantes para atendimento e prevenção do bullying.



10 DEZ 2019

# TRIBUNADO PARANÁ

# BARULHO DA

# DISCÓRDIA

## Justiça interdita balada de Curitiba por perturbação de sossego. Empresa contesta

Alexs Oliveira  
alexss@tribunadoparana.com.br

**A** Justiça determinou a interdição de uma casa noturna no bairro São Francisco, em Curitiba, por barulho alto e falta de alvará. A decisão da 24ª Vara Cível, a pedido do Ministério Público do Paraná (MP-PR) determina multa de R\$ 1 mil por dia caso o estabelecimento não siga a determinação. Aberta há cerca de três meses, em setembro, a Milano Club & Lounge atende o público acima dos 30 anos, apostando na música eletrônica.

A administração do estabelecimento informa que recebeu a decisão judicial com surpresa e se pronunciou no final da tarde, contestando a razão para o fechamento da casa. Os administradores do espaço garantem que tem todos os documentos e que seguirá sua programação normal, abrindo nos próximos dias 13, 14 e 21 de dezembro. ©

### Apelêmica

Na ação civil pública protocolada pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, o MP-PR afirma que a casa noturna não dispunha de licenças ambientais e alvarás de funcionamento, em descumprimento à Lei de Zoneamento Ambiental.

A Milano Club & Lounge funciona há poucos meses. Entretanto, de acordo com o MP-PR, há mais de dez anos o espaço é utilizado para diversas festas realizadas em desa-

cordo ao permitido e que causam incômodo aos vizinhos. O estabelecimento já havia sido notificado em outras ocasiões pelos órgãos ambientais municipais.

A interdição deve durar até que sejam apresentadas as documentações.

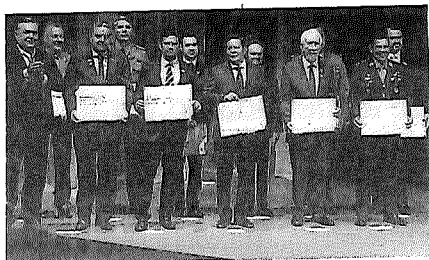
### Empresa rebate

Em nota, a casa noturna afirma que possui os documentos solicitados pelas autoridades, "em vigência", chama a interdição de equívoco e diz que tal erro foi motivado por estabelecimentos anteriores que existiam no local, que "parece não terem estado absolutamente regulares". "Este é o segundo mês de atividades da casa e, desde o início, existiu a busca por caminhos retos de funcionamento. Porém, estranhamente, uma ação civil pública manejada contra o interesse do público curitibano, pelo Ministério Público, e eivada de equívocos, pois induz a erro o Poder Judiciário, ao alegar ausência de documentos imprescindíveis ao negócio, em razão de que todos estão em dia, culminou com uma determinação judicial", diz a nota.

10 DEZ 2019

# BEMPARANÁ

STELLA WINNIKES



## Dia da Justiça é celebrado em Curitiba

O Dia da Justiça, que é comemorado no dia 8 de dezembro, foi lembrado na última sexta-feira dia 6, numa cerimônia que homenageou o Ministro Sérgio Moro, vice-presidente Hamilton Mourão, secretário da Justiça do Paraná Ney Leprevost, presidente do TJPR Adalberto Xisto, vice governador Darci Piana, general Alessio e outros. O evento aconteceu no Teatro Fernanda Montenegro.

10 DEZ 2019

# BEMPARANÁ

## Moro defende prisão em 2ª instância

Em discurso na Câmara dos Deputados pelo Dia Internacional do Combate à Corrupção, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro fez um apelo aos parlamentares pela volta da condenação após segunda instância. “Temos de olhar a frente, há alguns reveses contra corrupção, que não vieram do governo, temos de trabalhar. Temos de olhar para o futuro e para esse futuro é imprescindível a volta da condenação em segunda instância. Por emenda constitucional ou projeto de lei, essa decisão cabe ao Congresso Nacional e aos parlamentares”, disse Moro no plenário da Câmara.

Atualmente, há dois projetos principais que tramitam no Congresso Nacional. Na Câmara, está a proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do deputado Alex Manente (Cidadania-SP). Já no Senado, é analisado o projeto de lei relatado pela Juíza Selma (Podemos-MT), que propõe mudanças no Código Penal.

## Maia critica excludente de ilicitude

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), defendeu ontem as alterações promovidas pela Casa no chamado pacote anticrime, projeto de lei enviado ao Legislativo pelo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro. “Se o projeto estivesse sancionado com o excludente de ilicitude, os policiais do caso Paraisópolis não estariam sendo investigados”, disse, relembrando o caso dos nove jovens mortos em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, durante uma ação policial na comunidade durante um baile funk.

O dispositivo a que Maia se referiu, que poderia reduzir pena ou mesmo livrar de punição policiais que causassem mortes durante sua atividade, foi um dos pontos removidos pelo grupo de trabalho que se debruçou sobre o pacote na Câmara. O pacote anticrime chegou ontem ao Senado. Maia ressaltou que pressionar os senadores “não é bom”.

## Justiça interdita casa noturna no São Francisco

Atendendo pedido do Ministério Público do Paraná, a 24ª Vara Cível de Curitiba determinou, na última sexta-feira, a interdição temporária de casa noturna localizada no bairro São Francisco, na Capital, em decorrência de poluição sonora e perturbação do sossego.

Em ação civil pública, o MPPR, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba, demonstrou que o estabelecimento não dispunha das devidas licenças ambientais e alvarás de funcionamento, em descumprimento à Lei de Zoneamento Ambiental. A interdição deve durar até que sejam apresentadas as respectivas documentações que autorizem o funcionamento da casa.

10 DEZ 2019

# BEMPARANÁ

## Deputados questionam mudança em texto da PEC

Traiano alega que correções foram feitas antes da promulgação da emenda

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa anunciou hoje que vai recorrer à Justiça contra mudanças no texto da emenda constitucional da reforma da previdência feitas pela direção da Casa após a aprovação e promulgação da matéria, na semana passada. O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), confirmou que o texto foi alterado após a votação e promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Segundo ele, as mudanças teriam sido feitas apenas para corrigir "inconsistências" no texto aprovado pela comissão especial responsável pela análise da PEC antes da sua votação pelo plenário, na quarta-feira.

"Isso é um absurdo. Não podemos aceitar que depois de promulgado, 24 horas depois retira do ar



Traiano: "Correções foram meramente formais"

uma versão e publica outra", disse o deputado estadual Professor Lemos (PT). Segundo ele, foram feitas nove alterações no texto publicado originalmente. "Houve alteração do texto que foi debatido e aprovado. Foi, inclusive, promulgado pela Mesa Executiva. Depois de promulgado, o regimento não permite", apontou Lemos.

De acordo com o deputado, a Assembleia promulgou a PEC na quarta-feira, dia 4 e no dia seguinte, re-

tirou o texto original do site do Legislativo, publicando nova versão.

Traiano afirmou que o parágrafo 3º do artigo 222 do regimento interno da Assembleia permite a correção do texto "quando for verificado inexistência até a expedição do autógrafo. "As correções foram meramente de texto, formais. Nada que pudesse comprometer a PEC em si", disse o tucano. Segundo ele as correções foram feitas no dia 4 e a promulgação no dia 5.

"Não há nada de irregular", afirmou. "Eu tomei a cautela de não promulgar, verificando que algo precisava ser corrigido", defendeu.

A oposição alega que a publicação no site da Assembleia mostra que a mudança no texto foi feita no dia 5, após a promulgação da versão original, no dia 4. "Pode ter acontecido, lançado no site. Mas a correção foi feita no dia 4", disse Traiano.

**Intervalo** - Na última quarta-feira, os deputados aprovaram a PEC por 43 votos a 9, em uma sessão fechada, na Ópera de Arame, sob forte aparato policial. A sessão foi transferida depois que na terça-feira, a sede do Legislativo foi ocupada por servidores contrários à reforma.

A PEC foi votada em três turnos, sem o intervalo de cinco sessões previsto no regimento interno da Assembleia. Traiano alegou que a proposta tramitava em regime de urgência.

10 DEZ 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça determina interdição de casa noturna no São Francisco

Atendendo pedido do Ministério Público do Paraná, a 24ª Vara Cível de Curitiba determinou, na última sexta-feira, 6 de dezembro, a interdição temporária de casa noturna localizada no bairro São Francisco, na capital, em decorrência de poluição sonora e perturbação do sossego.

Em ação civil pública, o MPPR, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba, demonstrou que o estabelecimento não dispunha das devidas licenças ambientais e alvarás de funcionamento, em descumprimento à Lei de Zoneamento Ambiental. O alvo da interdição foi inaugurado recentemente, em setembro deste ano, sob o



O MPPR atendeu aos pedidos da comunidade local

anúncio de ser a “nova balada eletrônica para pessoas com mais de 30 anos”.

Entretanto, há mais de dez anos o espaço é utilizado para diversas festas e atividades, realizadas em desacordo ao permitido e que causam incômodo à

comunidade do entorno. Por essa razão, o estabelecimento já havia sido notificado em outras ocasiões pelos órgãos ambientais municipais, mas os proprietários mantiveram a rotina de eventos – mesmo cientes das irregularidades. ●

## CCJ adia votação de emendas da Previdência estadual

As 19 emendas de plenário apresentadas aos dois projetos de lei do Poder Executivo que tratam de alterações no sistema previdenciário do Estado começaram a ser discutidas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na Assembleia Legislativa do Paraná, na reunião extraordinária realizada no início da

tarde desta segunda-feira (09). O relator, deputado Hussein Bakri (PSD), líder do Governo, opinou pela aprovação de diversas emendas.

No entanto, pedido de vista formulados pelos deputados Tadeu Veneri (PT), líder da Oposição; Homero Marchese (PROS) e Marcio Pacheco (PDT), adiou a votação dos pareceres.

Assim, os pareceres apresentados sobre as emendas voltam a ser discutidos na reunião ordinária desta terça-feira (10), marcada para às 13h30.

O projeto de lei 855/2019 promove alterações na Lei Estadual nº 18.372/2014, que fixa a alíquota máxima de contribuição do patrocinador para o plano de benefi-

cios. De acordo com a matéria, para os planos de benefícios em que o Estado seja o patrocinador a contribuição será igual a do participante e calculada sobre a parcela de remuneração que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, no percentual máximo de 7,5%. ●

10 DEZ 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Moro diz que prisão em 2ª instância é "imprescindível"

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, defendeu ontem como "imprescindível" a prisão em segunda instância. "Tivemos alguns reveses no combate contra a corrupção que não vieram do governo, que temos que trabalhar e temos que olhar o futuro. E para esse futuro, é realmente imprescindível a volta da execução da condenação em segunda instância, por emenda constitucional ou por projetos de lei, e essa decisão cabe ao Congresso Nacional e aos parlamentares", disse o ministro.

Em seu discurso, Moro disse que a corrupção é um crime que não afeta apenas o bem-estar econômico, mas a confiança na ação dos agentes públicos, "um dos pilares da nossa democracia". "Não existe nada radical em combater a corrupção, é basicamente nosso dever. Mas sem que tenhamos um combate firme, sem vacilações, sem querer retornar ao status quo antes, olhando para frente e não o passado, que queremos deixar para trás, não teremos uma verdadeira democracia", afirmou. ■

### Moro defende repressão

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro disse nesta segunda-feira (09/12/2019) que, apesar de desejar viver em um mundo sem sanções, o "controle repressivo" é necessário. "Não vivemos no mundo dos anjos", declarou. "Pessoas são falhas e se desvirtuam. E precisam ser punidas em relação às más condutas", acrescentou. Durante evento do Dia Internacional do Combate à Corrupção, no Ministério da Justiça, em Brasília, o ministro citou o pacto anticrime do governo.

# 10 DEZ 2019

## METRO

### Noite. Bares terão que ajudar mulheres assediadas

Em votação unânime os vereadores de Curitiba ratificaram ontem, em segundo turno, o projeto de lei da vereadora Maria Letícia (PV) que obriga bares, cafés e restaurantes a adotarem medidas para auxiliar mulheres que se sintam em risco. Ao defender a proposta, a vereadora alertou que o assédio nesses lugares ainda é frequente. “É uma coisa comum. Quem já não foi em uma balada e não teve dificuldades por ter sido assediada? O ‘não’, que deveria significar não, muitas vezes não é atendido”.

Agora, caso o prefeito sancione o texto, os donos de bares terão que oferecer acompanhamento até um carro e possivelmente ajudar na comunicação à polícia. Ainda terão que ser fixados cartazes informando sobre o serviço, e os comerciantes terão que treinar os



Projeto é da vereadora Maria Letícia | RODRIGO FONSECA/GMC

funcionários para atender as mulheres.

A primeira punição em caso de não cumprimento é uma simples advertência, mas os bares reincidentes podem levar multa de R\$ 1 mil.

Durante a discussão, foi retirada uma emenda que obrigava que a identificação dos homens envolvidos. A regra que foi considerada excessiva por alguns vereadores. Agora os bares devem apenas “possibilitar a identificação”. **METRO CURITIBA**

### Adotivo. Casal é preso suspeito de agredir filho

Um casal de Londrina foi preso no domingo suspeito de agredir o filho adotivo, que está internado em estado grave na UTI do hospital Evangélico, em Curitiba. A criança tinha vários hematomas e marcas de mordida pelo corpo e os pais adotivos foram presos depois de procurarem ajuda médica na manhã de domingo. Segundo eles, o menino teve uma convulsão na manhã de domingo.

10 DEZ 2019

FOLHA DE S. PAULO

## O saldo de Moro

**Ministro mostra resiliência, mas a popularidade não basta para fazer suas propostas avançarem**

Um ano depois de abandonar a magistratura para participar do governo Jair Bolsonaro, Sergio Moro continua sendo tratado por seus admiradores como um herói nacional.

A mais recente pesquisa do Datafolha mostra que o ministro da Justiça segue como o mais popular integrante do primeiro escalão, com 53% de aprovação —entre os 93% dos brasileiros que dizem conhecê-lo. Seu desempenho é mais bem avaliado que o do presidente.

O levantamento do instituto indica que o prestígio de Moro se mantém inabalável desde julho, exibindo considerável resiliência diante de críticas que tem sofrido.

A atuação do governo nas duas principais áreas sob responsabilidade de seu ministério, a segurança pública e o combate à corrupção, é mal avaliada pela população, com taxas de aprovação de 27% e 29%, respectivamente.

Seu prestígio foi arranhado nos últimos meses pelo vazamento das mensagens dos procuradores da Lava Jato, que alimentaram novos questionamentos à imparcialidade do ex-magistrado nos anos em que esteve à frente da operação.

Sua autoridade como ministro também parece ter murchado, após demonstrações de resignação diante das tentativas de Bolsonaro de interferir na Polícia Federal, vinculada à pasta da Justiça.

Para quem aprova o ministro, presume-se, nada disso anula os resultados alcançados pela Lava Jato nos últimos anos.

Mas a popularidade não ajudou

Moro a ganhar apoio condizente no Congresso Nacional, onde encontra dificuldades para fazer avançar o ambicioso pacote anticrime que apresentou no início do ano.

Na semana passada, após meses de debate sobre o assunto, a Câmara dos Deputados aprovou uma versão aprimorada do projeto, encaminhando-o à apreciação do Senado sem várias medidas que Moro considerava essenciais.

Foi felizmente descartado o texto que oferecia garantias de impunidade a policiais que matam em serviço. Também foi deixada de lado a ideia prematura de estimular negociações com acusados de crimes antes do julgamento.

É incerto o futuro da tentativa de reabrir a discussão sobre a possibilidade de prisão de condenados em segunda instância, com a qual os aliados de Moro buscam reverter o mais recente entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema —estabelecendo a necessidade do trânsito em julgado.

O ministro da Justiça parece disposto a insistir nas propostas rejeitadas quando o debate sobre o pacote anticrime for retomado no Senado, mas faria melhor se estudasse a lição que as derrotas sofridas na Câmara encerram.

Ao evidenciar que sua popularidade exuberante não basta para o convencimento dos que discordam de suas ideias, os reveses mostram que a busca de compromisso é com frequência o caminho mais profícuo para todos os que decidem entrar na vida política.



10 DEZ 2019

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## DATA CERTA

O procurador Deltan Dallagnol pode enfrentar mais um processo disciplinar no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público): o procurador-geral da República, Augusto Aras, deve levar à votação do plenário nesta terça (10) duas acusações contra ele. Uma delas pode vingar.

**PLACAR** A primeira, apresentada pela senadora Katia Abreu (PDT-TO), deve ser arquivada — a maioria dos conselheiros já votou a favor de Dallagnol. Já a representação do senador Renan Calheiros (MDB-AL) tem votos suficientes para seguir adiante.

**FIRME** Dallagnol tem demonstrado força no CNMP: já foram apresentadas contra ele 23 denúncias. O procurador, até agora, sofreu apenas uma advertência. Três das ações contra ele correm sob sigilo.

# FOLHA DE S. PAULO 10 DEZ 2019

## Doria afasta 38 PMs

### envolvidos em ação na favela de Paraisópolis

Decisão desagradada à parte da cúpula da PM, que acredita que operação, que deixou nove mortos, possa ser legítima

Artur Rodrigues  
e Rogério Pagnan

SÃO PAULO O governador João Doria (PSDB) decidiu afastar todo os 38 policiais militares que participaram da ação em baile funk que acabou com nove mortes em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo.

O pedido foi feito por familiares de vítimas em reunião no Palácio dos Bandeirantes na noite desta segunda-feira (9). Doria determinou ao secretário da Segurança Pública, general João Camilo Campos, que o pedido seja atendido.

Seis PMs, dos 38 agora anunciados, já haviam sido afastados dos serviços operacionais na última semana em razão da ação em Paraisópolis.

“O afastamento é uma questão de respeito. Não vamos afastar seis se há 38 envolvidos”, afirmou Maria Cristina Quirino, mãe de Denis Henrique, 16, morto no episódio.

Parentes de vítimas e sobreviventes acusam os policiais de encurralarem os frequentadores do baile e depois agredi-los em vielas. Vídeos que circularam após as mortes mostram cenas de agressão da polícia e correria no local.

PMs afirmam que perseguiram suspeitos em uma moto. Segundo eles teriam entrado no baile e atirado contra os policiais, causando correria.

Participaram do encontro também a Defensoria e a Procuradoria do estado, além de secretários estaduais. Após a reunião com Doria, os famili-

ares das vítimas definiram as mortes como um massacre e afirmaram que houve erros na operação do começo ao fim.

“Não há reparo que pague a nossa dor. Eu tenho certeza de que a abordagem dos policiais seria diferente se fosse em outra região da cidade”, afirmou Fernanda dos Santos Garcia, irmã de Denis Franco, 16, também morto em Paraisópolis.

Segundo a Folha apurou, a medida desagradou à parte da cúpula da PM, que acredita que a ação possa ter sido legítima. E que apenas uma investigação da Corregedoria

pode afastar essa certeza. O temor é que essa decisão possa criminalizar os policiais antes do final das investigações.

O afastamento dos PMs é outra mudança de posição de Doria. Na segunda (2), ele disse que não mudaria o modo de agir da polícia. “A política de segurança pública não vai mudar. As ações na comunidade de Paraisópolis e em outras comunidades de São Paulo, seja por obediência da lei do silêncio, por busca e apreensão de drogas ou fruto de roubos, vão continuar. A existência de um fato não inibirá as ações de segurança”, disse Doria.

Três dias depois, Doria afirmou que estava chocado com um vídeo que mostrou agressões de um policial a jovens em um baile funk, também em Paraisópolis, em outubro. Ele disse que os casos de violência praticada pelos policiais devem ser punidos. “Isso é incompatível com o respeito à corporação. É uma circunstância inaceitável que a melhor polícia do Brasil utilize de violência ou de força desproporcional, sobretudo quando não há reação de agressão.”

A mudança também se deu após o ministro da Justiça, Sérgio Moro, afirmar que houve falhas graves no caso.

Mais cedo, também nesta segunda, moradores de Paraisópolis se reuniram com cerca de 20 secretários estaduais e municipais para cobrar demandas como uma subprefeitura local e infraestrutura para o baile funk.

■ **Isso é Paraisópolis**

**55 mil habitantes**  
segundo o último Censo

**2ª maior favela**  
de São Paulo, atrás  
de Heliópolis

**1950**  
começo da ocupação

**75,2 dias**  
é o tempo de espera  
por uma consulta médica  
na Vila Andrade, bairro a  
que pertence Paraisópolis

**19,3 dias**  
é o tempo médio  
de espera na cidade

Fontes Censo e Mapa da  
Desigualdade Rede Nossa São Paulo

# O que querem as mulheres

**De forma não surpreendente, a pobreza tem gênero, e ele é feminino**

Fomentar a igualdade de gênero nas economias é meta que tem mérito próprio. Igualdade em oportunidades, direitos e obrigações deve valer para todos, independentemente se homem ou mulher.

Há também argumentos econômicos poderosos a favor da inclusão produtiva das mulheres na sociedade, que vão muito além do caráter moral da causa. Hoje em dia, as mulheres superam os homens em notas e escolaridade, além de terem entrado em profissões tradicionalmente ocupadas por homens.

É notório o enorme progresso feito pelas mulheres nas últimas décadas. Ainda assim, a realidade que se observa no mercado de trabalho não é compatível com todos esses avanços. Desigualdades por gênero no mercado de trabalho refletem, portanto, distorções alocativas e constituem importante entrave ao crescimento econômico.

No caso das mulheres, e principalmente no Brasil, a igualdade plena envolve o acesso a serviços específicos de saúde, a representação política na tomada de decisões e a participação no mercado de trabalho, dimensões que se retroalimentam e que, por óbvio, não podem ser consideradas de forma estanque no combate às desigualdades de gênero. Não é possível falar em inserção produtiva das mulheres no mercado de trabalho sem abordar questões de planejamento familiar e políticas públicas compensatórias relacionadas à maternidade.

Reconhecendo a importância do assunto, a ONU estabeleceu, em 2015, a igualdade de gênero como uma das 17 metas de desenvolvimento sustentável

a ser alcançada pelos países em 2030. Além disso, estabeleceu um conjunto mínimo de indicadores de gênero, que permite a comparação entre os países sobre a evolução dos indicadores ao longo do tempo.

A mensuração das desigualdades por gênero é importante insumo no debate, pois caracteriza o status quo de forma objetiva, isolando o aspecto sensível que sempre surge nas discussões sobre o tema. Ou seja, contra fatos, não há argumento. Assim, em 2018, o IBGE lançou estudo contendo os diversos indicadores sugeridos pela ONU, preenchendo importante lacuna na produção de estatísticas de gênero no país.

Por essas estatísticas, o Brasil vai muito mal. Para não dizer pessimamente mal. A taxa de participação das mulheres na força de trabalho é 52,8% (comparada a 74% dos homens). Entre os ocupados, mulheres dedicam 18,1 horas semanais ao trabalho doméstico (10,5 para os homens), o que totaliza mais horas trabalhadas na semana para elas.

A incidência da informalidade é maior para as mulheres, 37% versus 34,4%, assim como a incidência de trabalho em tempo parcial, 28,2% versus 14,1%. O gap salarial é de 76,5%.

A participação política é vergonhosa: apenas 7% estão em cargos ministeriais, e 10,5% das cadeiras na Câmara dos Deputados são ocupadas por mulheres.

A taxa de fecundidade das meninas entre 15 e 19 anos é de chocantes 56 nascimentos por mil pessoas (!). Colocando esse número em perspectiva, a taxa para os EUA é 17,4 por mil.

Considerando as variações regionais no Brasil, a taxa chega a 64,9 por mil no Nordeste (!!)

e a 85,1 por mil no Norte (!!!). De forma não surpreendente, a pobreza tem gênero, e ele é feminino. Parcela expressiva dos pobres está em domicílios chefiados por mães solteiras, em sua grande parte pretas e pardas. Acabar com a pobreza não envolve apenas o Bolsa Família. Envolve políticas para elas, refletindo seus interesses e necessidades.

Há ampla evidência empírica sobre políticas públicas que funcionam e não funcionam. Estas políticas precisam ser pensadas com muito cuidado para o Brasil, um país onde questões de gênero interagem com questões raciais e regionais.

10 DEZ 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Casal é preso por suspeita de espancar filho adotivo

Fernanda Circhia  
Reportagem Local

Um casal foi preso na madrugada desta segunda-feira (9) depois que o filho adotivo de oito anos foi internado com marcas de agressão pelo corpo. Conforme a assessoria de imprensa do Hospital Evangélico, o menino estava internado em estado grave na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) até a noite desta segunda.

A criança foi atendida no domingo (8), por volta das 22h, acompanhada pelos pais. O médico e a enfermeira que realizaram o atendimento constataram tratar-se de um caso de agressão por terem encontrado hematomas no corpo da vítima, que foi diagnosticada com traumatismo craniano. A equipe acionou a polícia e o Conselho Tutelar. Os pais foram levados pela polícia e acabaram detidos. A ação foi acompanhada por membros do Conselho Tutelar Centro.

Ainda nesta segunda, o casal prestou depoimento ao delegado José Arnaldo Perón. De acordo com ele, a mulher afirmou que ao disciplinar a criança, levou uma mordida no dedo. Foi quando começou a agredir o menino juntamente com o marido. Disseram tam-

**Criança foi atendida com escoriações e internada em estado grave no Hospital Evangélico**

bém que deram chineladas e bateram nele com uma vara, mas afirmaram que a maioria das lesões foi provocada pela criança que se jogava ao chão", apresentou o delegado.

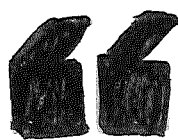
A mulher assumiu durante o depoimento que deu mordidas na criança, conforme Perón. No entanto, o casal só encaminhou a criança ao hospital quando ela passou a ter convulsões. Os pais adotivos afirmaram à polícia que as agressões foram no sábado (7) e as convulsões no domingo (8). "Mas nós acreditamos que foi no mesmo dia e apenas algumas horas após as agressões, quando a criança começou a passar mal, que levaram ao hospital", disse Perón.

De acordo com o advogado

de defesa, Mário Cesar Carvalho Pinto, o casal está com a criança faz um mês e meio. "Eles são religiosos e usam a palavra 'disciplinar'. Eles afirmaram que o menino xingou e avançou na mãe no sábado e,

no domingo, teria saído correndo para a rua e ela correu atrás dele para alcançá-lo. Quando o alcançou, disse que iria discipliná-lo e o levou ao quarto. Ela queria bater no bumbum com chinelos e ele começou a se debater. A mãe

queria que ele ficasse em pé e, neste momento, o menino mordeu o dedo dela, o marido entrou no meio e aconteceu toda a situação", explicou o advogado.



**Eles são religiosos e usam a palavra 'disciplinar'**

**CONTINUA**

10 DEZ 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Ainda conforme a defesa, eles assumem que, de fato, bateram na criança, mas alegam que não a espancaram. "Ela tem marcas de varas e chineladas. A mãe está machucada também, pois o menino deu uma mordida na mão dela. Ela alega que quando ele mordeu a mão dela, eles começaram a lutar e ele bateu a cabeça. Enquanto a criança mordida a mãe, ela segurava as pernas dele com a mão direita e assumiu que mordeu o rosto para fazer que ele a soltasse", relatou Carvalho Pinto.

O advogado informou que na próxima semana fará o pedido de revogação da prisão preventiva do casal. "Ambos são réus primários, não oferecem riscos à sociedade e também relataram que não tinham problemas com a criança. Por isso, tentarei fazer com que eles respondam ao processo em liberdade. Além disso, precisamos descaracterizar a tentativa de homicídio", acrescentou. O homem foi levado para o 4º Distrito Policial e a mulher, para o 3º DP.

10 DEZ 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### **GRUPO DEBATE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E DIREITOS HUMANOS**

Nesta terça-feira (10), a partir das 9 h, os interessados em debater a respeito dos direitos humanos e a violência contra meninas e mulheres podem participar de uma roda de conversa que será realizada na sede da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, que fica na Rua Valparaíso, esquina com a Avenida Higienópolis, no Jardim Guanabara. Para participar não é necessário se inscrever com antecedência, pois a atividade é gratuita e aberta ao público. A ação marca o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado anualmente em 10 de dezembro, e encerra as ações alusivas aos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres em Londrina.